

CPI vai confrontar informações de Fraga com futuros depoimentos

Segundo relator, dados fornecidos ontem pelo presidente do Banco Central serão analisados em função do que falarem os próximos depoentes. Entre eles, estão os ex-diretores Francisco Lopes e Cláudio Mauch, convocados para segunda-feira



Fraga disse à CPI que o Banco Marka chegou a investir até 20 vezes mais que o seu patrimônio, fato que ele considerou uma "aberração"

O senador João Alberto, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no sistema financeiro, informou que o depoimento de sete horas dado ontem pelo presidente e pelo diretor de Fiscalização do Banco Central, Arminio Fraga e Luiz Carlos Alvarez, serão o ponto de partida para a investigação. O que eles falaram, explicou, será confrontado com os novos depoimentos marcados pela CPI. Entre eles, estão os dos ex-diretores do BC Francisco Lopes e Cláudio Mauch, que serão ouvidos na segunda.

Arminio Fraga disse aos senadores que não há até agora provas de que alguma instituição financeira tenha se beneficiado de vazamento de informações para lucrar com a desvalorização do real.

PÁGINAS 4 A 7

Senado dá o nome de JK a aeroporto de Brasília

O plenário do Senado aprovou a mudança do nome do aeroporto de Brasília para "Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek". O projeto de lei, que vai a sanção presidencial, resultou de acordo entre os senadores José Roberto Arruda, Luiz Estevão e o relator Álvaro Dias. Segundo Arruda, o texto pretende homenagear tanto o fundador da cidade como todos aqueles que construíram Brasília.

PÁGINA 8



Senadores acataram proposta que dá o nome de Juscelino Kubitschek (detalhe) ao aeroporto da cidade que ele fundou em 1960

COMISSÃO DO JUDICIÁRIO

Conduzir com êxito a investigação sobre irregularidades no Poder Judiciário é, para Antonio Carlos Magalhães, "fazer valer o interesse do povo brasileiro"

Limite da investigação causa debate no plenário

Contrariado com as críticas à CPI do Judiciário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou ontem absoluta confiança no seu êxito. Mencionando o apoio popular à investigação, ele disse que a comissão saberá "fazer valer o interesse do povo brasileiro". A CPI também foi motivo de polêmica no plenário, onde senadores da oposição defenderam a necessidade de estabelecer limites claros para a atuação dos integrantes da comissão, sem prejuízo da plena apuração das irregularidades.

PÁGINAS 2 E 3





Lauro Campos censurou ACM por "julgar os julgadores", ao comentar sentença judicial

Lauro condena fax enviado ao *Correio Braziliense*

O senador Lauro Campos (PT-DF) lamentou, ontem, o envio de fax pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao *Correio Braziliense*, na semana passada, atribuindo a posição do jornal, contrária à criação de uma CPI para investigar irregularidades do Judiciário, a uma sentença judicial que teria beneficiado a empresa. A correspondência, segundo Lauro Campos, foi "um passo com o pé esquerdo, já que se tratava de julgar uma sentença". Lauro Campos frisou que "nem a CPI nem ninguém tem o direito de interpretar sentenças dos tribunais, de julgar os julgadores. Não podemos ser julgadores dos julgadores, o que cria um conflito entre Poderes, algo que devemos evitar a todo custo". Para o senador, esse é o único aspecto da questão "realmente importante e digno de ser trazido à discussão".

ACM manifesta confiança no êxito da CPI do Judiciário

Para Antonio Carlos Magalhães, os críticos da investigação estão enciumados "porque não conseguiram pegar bandeira moralizadora"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reiterou ontem sua confiança no sucesso do trabalho da CPI do Judiciário, contestando a posição dos que duvidam dos poderes do Senado para realizar a investigação.

— Estou muito satisfeito, e não poderia ser de outra maneira, pelas convocações já feitas e pelo material enorme que ainda está sendo examinado. Os membros da comissão que querem se autolimitar não agem por amor ao Judiciário, mas para evitar que a CPI funcione — afirmou.

O senador garantiu que a CPI não será esvaziada, e não aceitou comparações com a CPI dos Bancos, que estaria progredindo mais rapidamente:

— É pública e notória a existência de "markas", com *k* e *as*pas, no Judiciário



Antonio Carlos recusa comparações entre as CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro

— disse, numa referência indireta ao Banco Marka, ora sob investigação na CPI do Sistema Financeiro.

Ele ressaltou que não daria nomes. "Não vou prejudicar as investigações fazendo declarações", justificou. E atribuiu parte dos ataques à CPI à inveja dos que "não conseguiram pegar a bandeira moralizadora do povo brasileiro" e ficam contrariados com as pesquisas que revelam a popularida-

de da comissão e de seu autor:

— É uma questão de honra fazer valer o interesse do povo brasileiro. Que não fiquem com ciúmes. Quando sou aplaudido, é o Senado que está sendo aprovado. As pesquisas não devem deixar esses senadores infelizes — observou.

Ao comentar declarações atribuídas ao presidente da República sobre a CPI, Antonio Carlos lembrou que, na legislação passada, falas de Fernando Henrique no exterior já causaram crises, "superadas, mas que deixaram marcas", tornando necessária sua intervenção:

— Ele deveria falar apenas sobre os motivos da viagem — afirmou.

O senador disse que foi sempre estimulado pelo presidente a criar a CPI do Judiciário, inclusive opinando que ela seria mais produtiva do que a comissão de reforma do Judiciário da Câmara. E previu que Fernando Henrique ainda dará declarações favoráveis sobre a CPI, diante dos bons resultados que ela apresentará.

Requião defende conselho da magistratura

Ao falar da CPI que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) trouxe ontem ao plenário a idéia de criação de um conselho superior da magistratura, que funcionaria como órgão de fiscalização externa do Judiciário. Ele citou como exemplo o que a Constituição argentina prevê a esse respeito.

Segundo o senador, a Argentina regula seu conselho da magistratura por uma lei especial e põe a cargo desse colegiado a seleção dos magistrados e a administração do Poder Judiciário. A composição do conselho tenta equilibrar a representação dos órgãos públicos, resultantes de eleição popular, dos juizes de todas as instâncias e de advogados de matrícula federal. O conselho é integrado ainda por pessoas do mundo acadêmico e científico.

Ao referir-se à atribuição desse con-



Roberto Requião

selho de selecionar, mediante concurso público, os postulantes para juizes no início da carreira, Requião considerou a exigência apropriada. "Entendo que é muito importante que se regulamentem, de uma vez por todas, os concursos de juizes, eliminando por exemplo a prova oral, que viabiliza a manipulação dos concursos porque não pode ela ser objeto de revisão quando um juiz, ou um candidato a juiz, inconformado, solicitar a revisão da sua prova ou das suas notas", declarou o senador.

Ele observou que a idéia de criação de um conselho como o argentino não pode se adequar a um único projeto, a ser apresentado por um único senador. Em sua opinião, é um projeto para ser discutido e chegar ao plenário do Senado ou às comissões amparado num razoável consenso. O parlamentar informou ter determinado à Consultoria Le-

gislativa da Casa que, com base em algumas de suas idéias, trabalhe na versão de um conselho da magistratura, "com a devida redução sociológica às condições brasileiras".

Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que, se Requião tivesse apresentado essa proposta com dois meses de antecedência, talvez a CPI do Judiciário não houvesse surgido nem mesmo como idéia. "Todavia, se V. Exa. apresentasse essa tese há dois meses passados, possivelmente seria bombardeado por apresentar uma proposta sem sentido, contrária à democracia", arrematou Fogaça.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) cumprimentou Requião pela idéia e disse que essa é a partida para que o Legislativo realize efetivamente a reforma do Poder Judiciário. Casildo Maldaner (PMDB-SC) classificou a iniciativa de Requião como um reflexo do início dos trabalhos da CPI do Judiciário. "V. Exa. vem propor uma solução que, sem dúvida, vai ao encontro daquilo de que estamos imbuídos", afirmou Maldaner.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

10h - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Reunião interna - discussão de cronograma. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Segunda-feira (19.4.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 16/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer; *PDL nº 39/99, que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtensões Vegetais; *PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; *Projeto de Resolução nº 31/99, que autoriza a União a celebrar o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre o Brasil e o Suriname; e *Projeto de Resolução nº 32/99, que autoriza a União a celebrar acordo com a Telecomunicações do Suriname (Telesur).
Terça-feira (20.4.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: Será dedicado a comemorar o 39º aniversário de Brasília.
Pauta: *PDL nº 49/98, que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Catuípe (RS); *PDL nº 51/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Varginha (MG); e *PDL nº 52/98 que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo (RS).

COMISSÕES

Segunda-feira (19.4.99)
10h - CPI do Judiciário
Pauta: Exposições do técnico judiciário Antônio de Pádua Ferreira, do TRT da Paraíba; e de Paulo de Tarso de Oliveira, do TCU. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
Terça-feira (20.4.99)
11h - CPI do Judiciário
Pauta: Exposição da presidente do Basa, Flora Valladares Coelho. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Limites de investigação na Justiça causam polêmica

Debate opôs o senador Antonio Carlos Magalhães e parlamentares da oposição a partir da possibilidade de que sentenças concedendo indenizações milionárias sejam objeto de análise pela comissão de inquérito

Os limites de atuação da CPI do Judiciário, recém-instalada pelo Senado, causaram uma forte polêmica ontem no plenário. O debate opôs o autor do requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e parlamentares da oposição. O presidente do Congresso disse haver “muita roubalheira em relação ao Judiciário” e afirmou que “há o propósito de alguns de não quererem apurar”. Em resposta, os opositoristas reafirmaram o interesse em apurar irregularidades, mas sem avançar sobre limites que poderiam “ferir o estado de direito”, como seria o caso de se questionar sentenças judiciais.

Uma intervenção do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), pedindo a palavra logo após a Ordem do Dia, abriu a polêmica. Dutra lembrou que, em pronunciamento a respeito da CPI, manifestou o temor de que “qualquer voz que se levantasse com ponderações a respeito do seu limite poderia ser adjetivada como se estivesse tentando acobertar irregularidades”:

– Eu já esperava por isso. O que eu

não esperava, sinceramente, é que essas insinuações partissem do presidente do Senado – acrescentou.

Dutra estava repudiando, em seu nome e no do senador Jefferson Peres (PDT-AM), declaração atribuída a Antonio Carlos, de crítica aos limites



José Eduardo Dutra (PT-SE)

“Não esperava, sinceramente, que essas insinuações partissem do presidente do Senado”

tes das investigações da CPI do Judiciário.

Depois de participar de sessão da comissão, na quarta-feira, o presidente do Senado defendeu a apuração dos motivos que levaram uma juíza do Amazonas a condenar o Banco da Amazônia (Basa) a pagar uma indenização de R\$ 81 bilhões a uma madeireira:

– Se não quiserem apurar fatos como esses é porque querem encobrir a roubalheira – afirmou o presidente do Senado.

O senador petista, por sua vez, fez questão de ressaltar que, “com certeza, o presidente da Casa dirá que não estaria se referindo a mim e ao senador Jefferson Peres – ou talvez ao senador Geraldo Melo, que foi quem primeiro levantou a questão”, acrescentando: “Até acredito que não estava se referindo a nós”.

O problema, no entender do parlamentar sergipano, é que “em política vale muito mais a versão do que o fato”. E a versão, avalia, faria a ligação entre a crítica de Antonio Carlos e suas ponderações a respeito “dos limites da CPI”.

Em virtude do episódio, José Eduardo Dutra anunciou que vai propor à liderança do Bloco Oposição que sejam estabelecidos os “limites” para a atuação de seus representantes nessa comissão.

Antonio Carlos assegura que não se deixará intimidar

Citado diretamente pelo colega, o senador Antonio Carlos Magalhães fez questão de deixar a presidência dos trabalhos e tomar assento em sua bancada, para pedir o direito de manifestar-se sobre a questão:

– O próprio senador José Eduardo Dutra reconhece que não estava me dirigindo nem a S. Exa. nem ao eminente senador Jefferson Peres. Tenho por ambos respeito e, evidentemente, não acreditaria que pudessem participar de qualquer roubalheira. Entretanto, há muita roubalheira em relação ao Judiciário e há o propósito de alguns de não quererem apurar – destacou.

Antonio Carlos disse não acreditar que Dutra esteja querendo impedir o funcionamento da comissão, mas lembrou que seu partido (o

PT) “oficialmente já deu uma nota contra a CPI do Judiciário”. O senador anunciou sua intenção de lutar para que a CPI atinja seu objetivo, “que é o desejo do povo brasileiro”, e alertou: “O povo brasileiro não quer que o Senado faça disso uma pizza. Não deixaremos fazer.

Denunciarei à nação até mesmo o próprio Senado”.

O senador foi ainda mais enfático: “Ninguém me intimidará, como estão tentando fazer aqui, em várias sessões”. Ele defendeu seu direito de “clamar que meu país possua uma Justiça decente, honesta,

e que os ladrões – sejam juízes ou não – vão para a cadeia”. Ele se queixou da maneira “com que alguns senadores querem me intimidar, a cada dia trazendo um fato ou explorando uma situação ou declaração. Não vão me intimidar”, prometeu.



Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)

“Se não quiserem apurar fatos como esses é porque querem encobrir a roubalheira”

Marina rechaça ingerência em Poder

O pronunciamento de Antonio Carlos Magalhães provocou novas manifestações dos senadores da oposição. Em novo aparte, o senador José Eduardo Dutra destacou que “o povo brasileiro, a sociedade e esta Casa conhecem a posição do meu partido acerca da roubalheira no país – não só em relação ao Judiciário, mas às empreiteiras, por exemplo, que foi objeto de uma proposta de CPI nesta Casa, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que teve o apoio de meu partido, não tendo sido entretanto instalada porque não teve apoio do PFL e do PSDB”.

– Então, a discussão não é a tentativa de levá-la para o emocionalismo e para o senso comum. Todo mundo é contra a roubalheira, mas apenas alguns, não todos, ao longo da história, são a favor do estado de direito no nosso país – acrescentou.

A senadora Marina Silva (PT-AC) falou em seguida, pela liderança do Blo-

co Oposição, preocupada em estabelecer a visão do grupo para os limites constitucionais da CPI do Judiciário:

– Não assinamos a CPI do Judiciário e não o fizemos pela conotação que estava sendo dada. A CPI tinha e está tendo uma

conotação de ingerência do Poder Legislativo sobre ações judiciais, o que é inconstitucional. A posição de meu partido em não aceitar que se entre em decisões judiciais nesta CPI é por entendermos que isso é ferir o estado de direito, que custou muito caro aos membros do meu partido e que, com certeza, não custou absolutamente nada para aqueles que, de certa forma, não se importam se ele vai ou não



Marina Silva (PT-AC)

“A CPI está tendo uma conotação de ingerência do Legislativo sobre ações judiciais”

ser atingido – explicou.

Depois de lamentar, a exemplo do colega de Sergipe, a não instalação de outras CPIs anteriores, como as propostas pelos senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy (PT-SP), Marina repudiou qualquer insinuação de conivência do PT com “qualquer tipo de falcatura neste país” e lembrou o quanto foi “massacrada no Acre por um governador corrupto”.

Senador pede ajuda para corrigir erros da Justiça

Na tréplica, o senador Antonio Carlos Magalhães observou que “o próprio discurso da senadora Marina Silva, ao seu final, é uma demonstração de que o Judiciário não funciona. Ela própria acusa o Judiciário de não punir uma série de pessoas que evidentemente já deveriam estar na cadeia”.

O presidente do Senado fez questão de esclarecer sua posição em relação ao pedido de abertura de outras comissões de inquérito. “Nunca fui contra a CPI das Empreiteiras e tenho a impressão de que o senador Pedro Simon fez isso em outra legislatura”. Antonio Carlos reafirmou a existência de pressões contra a CPI do Judiciário e deu suas origens:

– Pressão da Ordem dos Advogados, pressão da Associação dos Magistrados, pressão de alguns jornalistas. Há pressão mesmo para que não se apure a roubalheira.

Diante da recusa da oposição em investigar sentenças judiciais, o senador fez um apelo:

– Senador José Eduardo Dutra, estou, no fundo, defendendo V. Exa. e seu partido, querendo que V. Exa. e seu partido apurem uma sentença de R\$ 81 bilhões – estou falando de bilhões – de uma juíza, em Manaus, contra o Basa, que é um banco federal, com recursos federais. Quero que V. Exa. apure isso para que não haja mais

sentenças de 80 bilhões neste país. Estou querendo fazer a correção de todos os erros da Justiça. Ajude-me nisso. Ajude o Brasil e a Justiça brasileira a entrar nos eixos, a ser correta, a praticar a decência nos julgamentos.

No entender do presidente da Casa, “o Senado da República não pode deixar de apurar, por sofismas de falsos juristas, as questões que estão em jogo, em relação à soberania desse Poder”. Em rápida intervenção, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) fez um acréscimo a afirmação feita pelo senador José Eduardo Dutra, de que a oposição estava defendendo o estado de direito:

– O estado de direito é a responsabilidade com o país – definiu Gilvam.

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) pediu a palavra, por sua vez, para pedir à Mesa que submetesse ao plenário seu requerimento para instalação de uma comissão provisória destinada a debater a reforma do Judiciário. Na presidência dos trabalhos, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) esclareceu que a Mesa Diretora e as lideranças partidárias haviam acordado, em princípio, esperar até o próximo dia 5 de maio, antes de votar a criação de qualquer nova comissão na Casa, com o objetivo de avaliar o funcionamento das duas CPIs instaladas e sua harmonia com os trabalhos normais do Senado.

Senadores criticam “bate-bocas”

Ao final das discussões sobre os limites da CPI do Judiciário, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) pediu a palavra para queixar-se da falta de oportunidade dos demais senadores ocuparem a tribuna para tratar “dos mais diversos assuntos de interesse”. Ele lembrou que havia 27 senadores inscritos, mas “es-

tamos sendo tolhidos de usar a palavra porque o Bloco Oposição usa de artifícios regimentais para ocupar um espaço que se destina à manifestação dos senadores”. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) também se manifestou, queixando-se de que “o Senado Federal não está afeito a bate-bocas”. No seu

entender, estaria ocorrendo uma manifestação de “dor de cotovelo, para usar uma expressão popular, tudo isso enquanto o presidente Antonio Carlos Magalhães levanta uma questão importante, encampa uma reforma de que o povo também necessita, a reforma do Judiciário”.

Fraga diz que não há provas de vazamento

Presidente do BC afirma que não foram encontrados indícios de uso de informação privilegiada por instituições financeiras às vésperas da mudança cambial, mas considera uma “aberração” situação do Banco Marka na época

O presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga Neto, disse que é impossível provar se houve ou não vazamento de informações para instituições financeiras no mês de janeiro, quando ocorreu a desvalorização cambial. Mas qualificou de “aberração” a situação do Banco Marka, que trabalhava nesse período com um volume de investimentos vinte vezes maior do que seu patrimônio. As declarações foram feitas durante o depoimento de Fraga na CPI que investiga o sistema financeiro.

Apesar de não haver provas sobre o vazamento de informações, as investigações que estão sendo feitas pelo BC vão continuar, prometeu o presidente do BC. Ele observou, porém, que o sistema cambial estava sob forte pressão na época, e as informações de possíveis mudanças no regime seriam públicas.

Fraga citou matérias veiculadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* e pela revista *Veja* sobre o “cansaço” do então presidente do BC, Gustavo Franco; sua iminente substituição por Francisco Lopes; a defesa da mudança cambial pelo então presidente do BNDES, Mendonça de Barros; e declarações do presidente Fernando Henrique sobre a necessidade de o



Os senadores João Alberto, José Roberto Arruda e Bello Parga ouviram com atenção a descrição feita por Fraga do resultado parcial das investigações conduzidas pelo BC

ministro da Fazenda, Pedro Malan, permanecer no governo, sem mencionar Gustavo Franco.

O mercado, afirmou, começou a trabalhar com tais informações. Mas, acrescentou, “isso não significa que não tenha havido vazamento, e, hoje, no BC, temos várias frentes de investigação abertas”.

PISTA

Quanto ao Banco Marka, Fraga disse que a situação da instituição chamou atenção do Banco Central “devido ao grau de alavancagem extraordinário com o qual trabalhava”. O Marka operava com investimentos no mercado vinte vezes mai-

or do que seu patrimônio, o que correspondia a uma taxa de alto risco para seu funcionamento, explicou. “Isso tudo é indagação de natureza técnica, mas é um indício, uma pista que merece ser perseguida”, disse.

Por isso, informou, o BC instalou comissão de sindicância para apurar a situação do Marka. Decidiu também estabelecer medidas de supervisão, com vistas a reduzir os riscos no sistema financeiro. De acordo com esse projeto do BC, cada instituição financeira, para operar, será obrigada a ter limites de câmbio, crédito, prazos e juros, sempre

de acordo com o volume de seu capital.

Essas medidas não pretendem controlar o mercado, que é “criativo”, segundo Armínio Fraga, mas fixar limites para que os gerentes das instituições adotem uma posição mais segura, avaliando os riscos financeiros e optando por operações de acordo com a capitalização do sistema.

DOCUMENTAÇÃO

Fraga entregou aos senadores extenso material sobre as investigações feitas pelo BC, envolvendo as denúncias sobre informações privilegiadas ao mercado financeiro, lucro de alguns bancos durante a desvalorização da moeda e a situação dos bancos Marka e FonteCindam.

Em relação à denúncia de que teria havido especulação com a desvalorização do real, o presidente do BC afirmou que a posição dos bancos nos dias 11 e 12 de janeiro, entre a compra e a venda de dólares no mercado futuro, avaliada em US\$ 900 milhões em todo o mercado, foi normal e ficou “dentro de um intervalo padrão” verificado a

partir de julho de 1997.

Apesar dessa constatação, Fraga repetiu que não há motivo para pararem as investigações. Disse ainda que as investigações do Banco Central estão sendo feitas com base na técnica adotada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de comparar o volume desses intervalos no mercado futuro em vários anos diferentes.

Os bancos estrangeiros, ao contrário das denúncias veiculadas pela imprensa, não tiveram lucros em sua moeda de origem durante a desvalorização do real, afirmou.

Essas instituições, segundo Armínio Fraga, perderam 32% de capital no mês de janeiro, o que corresponde à perda de um terço de seus investimentos no Brasil. O lucro auferido nessa época foi em real, explicou, e está longe de alcançar o prejuízo nas moedas de origem dessas instituições, mais fortes do que a moeda local.

Várias instituições financeiras de outros países têm, de fato, segundo Fraga, uma política de manter seus investimentos protegidos contra variações cambiais, para que haja retorno desses investimentos na moeda de origem, mas o que ocorreu em janeiro foi uma perda para esses bancos.

“Bancos estrangeiros tiveram prejuízo com desvalorização do real”

Os bancos estrangeiros tiveram, não lucros, mas prejuízos equivalentes a um terço de seus investimentos no Brasil durante a desvalorização cambial ocorrida no último mês de janeiro, disse o presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto, na CPI que investiga irregularidades no sistema financeiro nacional.

Abaixo, os principais trechos do depoimento de Armínio Fraga:

* **Lucro dos bancos estrangeiros:** “Houve uma perda de 32% no setor em janeiro. Esses bancos perderam um terço de seus investimentos no Brasil. O lucro que tiveram foi em real e não compensa nem de longe essa perda.”

* **Vazamento de informações:** “É impossível provar que não houve vazamento. Cabe a nós investigar, com trabalho exaustivo, para deixar a confiança de que se examinou com cuidado cada questão. As informações já eram públicas. A *Folha de S. Paulo* publicou artigo sobre a possibilidade de substitui-

ção de Gustavo Franco por Francisco Lopes, no Banco Central, e declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso dizendo que Pedro Malan era fundamental para o Brasil, sem citar Gustavo Franco. O mercado associava a saída de Gustavo Franco (então presidente do BC) à mudança do regime cambial. Isso não significa que não tenha havido vazamento.”

* **Medidas de supervisão preventiva para evitar riscos no sistema:** “O BC já tem iniciado um projeto que transforma os métodos de supervisão em métodos preventivos, que busca reduzir os riscos indevidos no sistema financeiro. Cada instituição financeira terá limites muito claros de risco – de câmbio, de juros, de prazo, de crédito – compatíveis com o seu capital. A avaliação desses limites precisa ser feita na totalidade. Não é possível buscar o controle de cada tipo de operação ou instrumento.”

* **Especulação com desvalorização do real:** “A mudança de

posição dos bancos ocorrida no intervalo de dois dias, em 11 e 12 de janeiro, de US\$ 900 milhões (no mercado futuro de compra e venda de dólares), não foi alta e foi até inferior a outras mudanças ocorridas a partir de julho de 1997. A mudança está dentro de um intervalo padrão, mas não é razão para não investigarmos.”

* **Banco Marka:** “Nos chamou atenção o fato de o banco trabalhar com uma alavancagem extraordinária, vinte vezes maior do que seu patrimônio. Esse processo é uma aberração. O Banco Central tinha duas alternativas: não fazer nada, deixando as posições serem liquidadas pela bolsa (de valores) ou dar cobertura da posição, zerando o patrimônio do banco, mas não decidindo pela liquidação da instituição, que ocorreria na bolsa. O momento era complexo e, na minha avaliação, o que se fez no Banco Central foi comprar um seguro. Foi uma decisão feita no calor da batalha, com análise dos custos

Investigações são complexas, afirma diretor de Fiscalização

As investigações sobre as atividades do sistema financeiro são “complexas”, disse o diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), Luiz Carlos Alvarez, durante o seu curto depoimento na CPI que investiga o sistema financeiro nacional.

Alvarez falou pouco depois de Armínio Fraga, afirmando aos senadores que sua preocupação principal é analisar com cuidado a situação enfrentada pelo BC e pelo sistema financeiro em janeiro, durante a desvalorização cam-

bial.

– Minha principal preocupação é com o processo de análise das decisões e o ambiente daquele momento – observou o diretor.

Como Armínio Fraga, ele informou que há vários técnicos do Banco Central apurando todos os fatos que levaram os senadores a requerer o funcionamento da CPI. Disse que o BC fornecerá toda a documentação e o resultado dessas investigações “no momento certo, quando todas as informações estiverem completas”.

e benefícios. O BC decidiu não cancelar a licença do Marka naquela ocasião.”

* **Banco FonteCindam:** “Tinha riscos menores do que o Marka e o Banco Central decidiu vender dólares no mercado futu-

ro para evitar perda de reservas.”

* **Câmbio livre:** “O sistema é mais estável quando há câmbio flutuante. Quando o câmbio é fixo, os riscos são maiores, enquanto o câmbio flutuante é um mecanismo defensivo.”

Reunião de hoje acerta depoimentos

O economista Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central no início de janeiro, quando a instituição vendeu dólares a preços favorecidos aos bancos Marka e FonteCindam, deverá ser ouvido na segunda-feira (19) pela CPI do Senado que investiga irregularidades no sistema financeiro nacional. O então diretor de Fiscalização do BC, Cláudio Mauch, também deve ser ouvido no mesmo dia, separadamente.

A CPI faz uma reunião interna hoje para decidir em quais dias ouvirá depoimentos de testemunhas e acusados. A proposta para tomada dos depoimentos de Lopes e Mauch na segunda-feira (19) foi feita pelo relator, senador João Alberto, e será discutida na reunião interna.

A CPI recebeu do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ao final de seu depoimento ontem, uma pasta com tudo que a comissão interna do BC já investigou sobre os episódios Marka e FonteCindam. A comissão aprovou requerimento de João Alberto solicitando ao BC também todos os documentos analisados pela comissão interna de sindicância e os documentos que sustentaram a diretoria do BC na decisão de vender dólares mais baratos aos dois bancos (*veja matéria nesta página*).

Também foi aprovado requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pedindo ao BC todas as informações sobre as remessas de dinheiro, inclusive de lucros e dividendos, que o Banco Marka realizou nos últimos dois anos.

O presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), informou aos senadores ter enviado ofício ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, comunicando a decisão da comissão de bloquear os bens do ex-dono do Marka, Salvatore Cacciola, e do presidente do FonteCindam, Luís Antônio Gonçalves.



Bello Parga

Parga reúne-se hoje com Renan Calheiros

O ministro da Justiça, Renan Calheiros, encontra-se hoje com o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o sistema financeiro, senador Bello Parga (PFL-MA). A reunião será realizada na presidência do Senado, às 11h.

CPI começa a confrontar informações e ouve Lopes e Mauch na segunda

Depoimentos de Armínio Fraga e Luiz Carlos Alvarez, que duraram quase sete horas, são considerados pelo relator o ponto de partida dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito

Depois de ouvir por quase sete horas o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e o diretor de Fiscalização, Luiz Carlos Alvarez, a CPI do Sistema Financeiro vai confrontar o que eles falaram com as informações dos outros depoentes. A previsão foi feita ontem pelo relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-AM), ao considerar os depoimentos de ontem como o ponto de partida para os trabalhos. João Alberto prometeu investigar a fundo todas as denúncias de irregularidades. "Não vamos permitir que a CPI se transforme em palanque, mas também ela não terminará em pizza", comentou.

A prova desse disposição, segundo João Alberto, é a convocação, para depois já na segunda-feira, do economista Francisco Lopes, ex-presidente interino do Banco Central no início de janeiro, quando a instituição vendeu dólares a preços favorecidos aos bancos Marka e FonteCindam. O então diretor de Fiscalização do BC, Cláudio Mauch, também deve ser ouvido no mesmo dia, separadamente (*veja matéria nesta página*).

Ontem, no depoimento de Fraga e Alvarez, senadores de diferentes partidos questionaram a decisão do Banco Central de permitir que um banco – o Marka – mantivesse investimentos em volumes financeiros 20 vezes superiores a seu patrimônio. O fato foi considerado pelo presidente do BC como uma



Na sala de comissões do Senado, a CPI do Sistema Financeiro ouve o presidente e o diretor de Fiscalização do Banco Central

das imperfeições do sistema financeiro, que ele pretende corrigir com sua meta de impor limites a administrações temerárias no setor.

As críticas à fiscalização do Banco Central foram um dos pontos do depoimento de Fraga e do diretor de Fiscalização da instituição, Luiz Carlos Alvarez, que durou quase sete horas, na sala da CPI, no Senado, presidida pelo senador Bello Parga (PFL-MA).

Os senadores condenaram também a decisão do Banco Central de vender dólar a preço inferior ao da cotação de mercado como socorro ao Marka, no momento em que o presidente da institui-

ção, Salvatore Cacciola, enviava US\$ 17 milhões ao exterior. "Será que ele precisava de ajuda?", perguntou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), um dos que participaram da interpelação a Fraga e a Alvarez. José Roberto Arruda (PSDB-DF) pediu esforço do Banco Central no sentido de repatriar esse dinheiro.

Outros senadores, como Roberto Requião (PMDB-PR), cobraram informações sobre o valor exato do prejuízo. Fernando Bezerra (PMDB-RN) não entendeu por que o Banco Central vendeu dólar barato a dois bancos pequenos – Marka e FonteCindam – sob o pretexto de "salvar o sistema financeiro nacional".

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sugeriu que a investigação chegue a bancos que obtiveram ganhos expressivos na desvalorização do real em 1995 e que voltaram a ganhar em janeiro deste ano.

O presidente e o diretor do Banco Central foram interpelados, também, pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Roberto Saturnino (PSB-RJ), José Alencar (PMDB-MG), Pedro Simon (PMDB-RS), Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento de criação da CPI, e João Alberto, relator da comissão.

Jader: socorro beneficiou dono do banco e não investidores

O líder do PMDB no Senado e autor do requerimento de criação da CPI do Sistema Financeiro, senador Jader Barbalho (PA), quis saber de Armínio Fraga por que o Banco Central não salvou o Fundo Marka e, com isso, os 1.300 investidores.

– A revista *Vêja* diz que o Banco Central colocou duas alternativas

para o dono do Marka e no final prevaleceu a que não salvou o fundo, mas sim o patrimônio do banqueiro. Esta alternativa existiu de fato?

Armínio Fraga afirmou desconhecer a existência da alternativa que beneficiava os investidores. Conforme a revista, o BC teria oferecido ao dono do Marka,



Jader Barbalho

Salvatore Cacciola, dólar a R\$ 1,27 para salvar o banco. Uma segunda alternativa, que beneficiaria o fundo, seria dólar a R\$ 1,32. Acrescenta *Vêja* que, com a cotação mais alta, o banqueiro perderia patrimônio e, assim, ele preferiu salvar seus bens, mesmo que os investidores perdessem quase todas as aplicações.

Relator solicita ao BC documentos sobre operações investigadas

A primeira preocupação do relator da CPI que investiga o sistema financeiro, senador João Alberto Souza, manifestada durante o depoimento do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e do diretor de Fiscalização, Luiz Carlos Alvarez, foi saber por que a instituição decidiu socorrer os bancos Marka e FonteCindam, "com prejuízo para o erário público", em vez de liquidá-los.

O relator também requereu aos depoentes, na reunião de ontem, todos os documentos relativos às operações com os bancos citados e as investigações já realizadas no âmbito do BC sobre a possível utilização de informações privilegiadas.

Armínio Fraga afirmou que a decisão

de não liquidar as instituições financeiras foi tomada com base na percepção de que fechar os bancos teria consequências negativas para o mercado, que passava por um momento de "volatilidade extrema", apesar da boa saúde do sistema financeiro.

O fato de o banqueiro Salvatore Cacciola, dono do Banco Marka, operar no Brasil também como investidor estrangeiro por meio de um fundo para capital externo



João Alberto

do Banco Stock-Máxima também foi abordado pelo relator da CPI. As informações apresentadas por João Alberto indicam que o fundo encerrou suas operações logo depois da desvalorização do real e remeteu para o exterior US\$ 17 milhões no dia em que o Marka quebrou.

Alvarez admitiu que o BC não tinha a informação de que Cacciola era o único quotista do fundo, sediado nas Bahamas. Nesse ponto, o diretor de Fiscalização limitou-

se a dizer que os questionamentos do relator também preocupam o BC e por isso estão em apuração.

SONEGAÇÃO

Citando o *Correio Braziliense*, João Alberto perguntou sobre acusações do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, ao Banco Central, a respeito de sua "falta de cooperação" em permitir a apuração de sonegação fiscal de bancos estrangeiros tais como Citibank, Deutsche Bank, Crédit Suisse, First Boston Garantia, J. P. Morgan e Crédit Commercial de France. Alvarez negou a acusação, alegando haver "limitações" no fluxo de informações entre Receita e Banco Central em função dos sigilos bancário e fiscal.

Marka investiu 20 vezes mais que patrimônio, diz Alcântara



Lúcio Alcântara

O fato de o Banco Marka ter investido 20 vezes mais que o seu patrimônio foi a principal dúvida levantada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) no depoimento do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e do diretor de Fiscalização da instituição, Luiz Carlos Alvarez, na CPI do Sistema Financeiro.

Lúcio Alcântara perguntou sobre a situação jurídica dos bancos Marka e FonteCindam. Ele também questionou

se além do ofício encaminhado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros houve algum contato telefônico ou outro tipo de comunicação alertando sobre instabilidades no mercado financeiro.

Armínio Fraga concordou com o senador pelo Ceará em que houve falhas na fiscalização, mas explicou que o problema é que há uma série de regras a serem cumpridas no ato de fiscalizar e nenhuma delas fala em limitação no quociente de alavancagem das instituições financeiras. Ele também disse ter tomado conhecimento de que, além do ofício, houve contato telefônico entre a BM&F e o Banco Central. Já Luiz Carlos Alvarez respondeu a Lúcio Alcântara que os bancos Marka e FonteCindam hoje não são mais bancos na prática, mas continuam sendo de direito.

Senador pergunta se ajuda do Banco Central era necessária

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ao presidente do Banco Central, durante seu depoimento na CPI do Sistema Financeiro, a razão de o BC ter vendido "dólar barato" aos bancos Marka e FonteCindam, para impedir uma quebra que poderia se alastrar a outras instituições financeiras, quando o presidente do Marka, Salvatore Cacciola, enviou US\$ 17 milhões ao exterior. "Será que ele precisava de ajuda? Por que o BC permitiu que os cotistas tivessem prejuízo e o banqueiro enviasse seu dinheiro ao exterior?", indagou.

Armínio Fraga garantiu que "somente o Banco Marka obteve dólar abaixo da cotação da banda cambial, a R\$ 1,27. O FonteCindam obteve dólar a R\$ 1,32, no teto da banda". Quanto à remessa de dólares ao exterior, disse não

acreditar que o BC tivesse conhecimento disso na ocasião e pediu que Alvarez complementasse as explicações.

INVESTIGAÇÃO

Suplicy se impacientou com a resposta de Fraga e seus constantes pedidos de explicações ao diretor de Fiscalização. "Eu imaginaria que o presidente do BC viesse diante da CPI dispondo de informações mais concretas, uma vez que, há semanas, o banco está investigando o assunto."

Armínio disse que a investigação é "um trabalho de equipe" e considerou "natural" o fato de ele próprio não dispor de todas as informações. Alvarez observou que, quando Cacciola diz ter feito uma transferência para pagar "credores lá fora", o BC não tem como comprovar a informação.

Dutra pede investigação sobre bancos que sempre ganham

O senador José Eduardo Dutra pediu ontem à CPI dos Bancos que compare os dados da auditoria realizada pelo Banco Central em 1995, sobre a atuação dos bancos Matrix, Garantia e Pactual no mercado de câmbio, com dados levantados pelo BC em virtude da desvalorização cambial de 14 de janeiro. Os três bancos, junto com o Unibanco e o BBA, teriam obtido ganhos com a desvalorização da moeda em 1995.

No episódio de janeiro voltam a aparecer como suspeitos os bancos Pactual, Matrix e Garantia – denunciou o senador.

Em 1995, a partir de requerimento assinado por Dutra e pelo deputado federal Jacques Wagner (PT-BA), o BC fez um levantamento da movimentação



José Eduardo Dutra

cambial daqueles bancos. O então presidente do BC, Pérsio Arida, informou, em sessão secreta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que não havia indícios de irregularidades.

Dutra disse ter informações do Ministério Público Federal de que o caso não pôde ser esclarecido, "devido à falta de apoio do BC". O senador petista quer comparar a movimentação feita por esses bancos em 95 com o levantamento da última desvalorização.

Armínio Fraga acolheu a sugestão de cruzar informações, feita por José Eduardo Dutra, acrescentando que o BC já vem trabalhando neste sentido. "Esse é um método que pode produzir novos indícios", informou.

Arruda quer repatriar dinheiro de banqueiro

Presidente do BC informa que sua assessoria analisa possibilidade de trazer de volta ao Brasil US\$ 17 milhões do ex-dono do Marka

O vice-presidente da CPI do Sistema Financeiro, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), pediu ontem ao presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que tente todos os recursos para repatriar os US\$ 17 milhões que Salvatore Cacciola, ex-dono do Banco Marka, aplicava no mercado como investidor estrangeiro e remeteu para o exterior logo após as primeiras dificuldades do banco.

Armínio Fraga informou que a assessoria do BC está há dias discutindo o



José Roberto Arruda

assunto para verificar se existe tal possibilidade. Arruda observou que o BC tentou salvar o Marka, inclusive vendendo à instituição dólares a preço abaixo do mercado, e, mesmo assim, o banco quebrou. "O mercado não foi afetado, como temia o Banco Central. A ajuda, nesse caso, não foi inócua?", interrogou o senador.

Para o presidente do BC, no momen-

to em que a diretoria analisava a situação, em janeiro, "obviamente não era possível saber como uma intervenção afetaria o mercado. Optou-se pela ajuda e, assim, não foi possível tornar indisponíveis os bens dos diretores do Marka", explicou Armínio Fraga.

Arruda sugeriu que o Banco Central envie com urgência à CPI os nomes dos diretores do Marka e do FonteCindam para que os cartórios sejam comunicados da indisponibilidade de bens. Ele apresentou requerimento, que foi aprovado, propondo a extensão à Marka – Participações/Incorporações da auditoria a ser feita pela CPI.

Pedro Simon compara Cacciola a PC Farias

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o ex-dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola, "é um PC Farias" que dispõe de muita informação que compromete pessoas do sistema financeiro e, por isso, "podem matá-lo". "Antes que isso aconteça, temos de colocá-lo na cadeia", acrescentou.

O senador chegou a sugerir, durante o depoimento de Armínio Fraga na CPI dos Bancos, que Cacciola seja protegido pela Polícia Federal, assim que retornar ao Brasil de sua viagem ao exterior. A fiscalização que o Banco Central faz no sistema financeiro foi duramente criticada pelo senador.

– Há 20 anos que a fiscalização do Ban-

co Central não funciona, sempre chega atrasada. Agora, aparecem denúncias de que há gente do banco recebendo dinheiro para passar informações privilegiadas ao sistema financeiro. Há muito absurdo no Banco Central e vez por outra tem um banco sendo liquidado e nunca vimos uma pessoa ir para a cadeia. Talvez a fiscalização do banco esteja precisando de uma fiscalização – sustentou.

Os funcionários do Banco Central que autorizaram financiamentos ao Banco



Pedro Simon

Marka, em plena crise da flutuação cambial, "têm que dar explicações convincentes" ou, caso contrário, "também deveriam parar na cadeia", continuou o senador gaúcho. Ele isentou Armínio Fraga dos episódios, por ter tomado posse depois da mudança cambial. No entanto, opinou que "todos os homens que passaram pelo Banco Central foram ingênuos demais", e, por isso, o BC "sempre chegou atrasado nas falcaturas".

Saturnino questiona opção adotada pelo BC

A decisão do Banco Central de não liquidar extrajudicialmente os bancos Marka e FonteCindam foi questionada pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) durante o depoimento do presidente do BC, Armínio Fraga. Saturnino quis saber qual a justificativa legal da não-liquidação, tendo em vista o estado de insolvência dos bancos.

– O Banco Marka, por exemplo, alavancava recursos superiores a 20 vezes o seu patrimônio, colocando em risco os cotistas do fundo. O dono do banco, Salvatore Cacciola, não é louco, o que sugere pensarmos que agia respaldado em algum tipo de informação privilegiada. Não há limites para essa alavancagem? O BC não estaria obrigado a liquidar os bancos, no caso de passivos muito maiores que os ativos? – perguntou o senador fluminense.

O diretor de Fiscalização do BC, Luiz Carlos Alvarez, informou que

a legislação permitia a liquidação, porém não obrigava que isso fosse feito. Ele disse que a diretoria do Banco Central julgou mais favorável sanear o banco, em vez de liquidá-lo. "A liquidação às vezes sai mais caro", argumentou.

Saturnino também estranhou que a operação de socorro ao Marka não tenha incidido sobre o patrimônio de seu controlador, Salvatore Cacciola, nem tenha recorrido aos fiadores exigidos para as operações financeiras junto às bolsas de valores. Armínio Fraga concordou com o senador, no que se refere aos riscos excessivos corridos

Caso Encol deve ser examinado

O senador Roberto Saturnino enviou à Mesa Diretora da CPI requerimento solicitando os resultados de auditoria realizada pelo Banco do Brasil, que teria concedido empréstimos à Encol, quando à construtora já se encontrava

pelo Marka. "É um espanto que o banco tivesse aquela posição", admitiu. Para o presidente do BC, o desenho do sistema financeiro nacional permitiu que isso ocorresse. Ele garantiu, no entanto, que sua meta frente ao BC é impor limites para administrações bancárias temerárias.

em dificuldades financeiras, e portanto, não teria condições de honrar seus compromissos. A investigação da participação do Banco do Brasil no caso Encol é um dos itens do requerimento de instalação da CPI.



Roberto Saturnino

Bezerra se diz espantado com decisão do BC

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) disse ontem, durante a reunião da CPI do Sistema Financeiro, estar espantado com a decisão tomada pelo Banco Central de correr em auxílio de dois "meros tamborettes" (os bancos Marka e FonteCindam) dos quais ele, assim como o presidente Fernando Henrique Cardoso, nunca tinha ouvido falar, e com a justificativa dada de que a medida foi tomada para "salvar o sistema financeiro".

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, afirmou em sua resposta que houve base legal para as operações de socorro e que as decisões foram difíceis. Reconheceu que eram bancos de pequeno porte, mas informou que eles mantinham posições fortes no mercado cambial que poderiam, por sua vez, propagar-se em outros mercados.

Quando o senador lhe perguntou se, na hipótese de que fosse ele o presidente do BC naquela época, teria tomado a mesma decisão de ajudar

os bancos Marka e FonteCindam vendendo-lhes dólares a taxas menores que as praticadas pelo mercado, Armínio Fraga respondeu:

"Não sei o que eu teria feito. Espero não me ver em situação semelhante". Acrescentou que, para saber se teria tomado ou não a mesma decisão, seria preciso reproduzir o clima daquele dia. "As decisões foram tomadas num momento muito difícil", salientou Fraga.

Fernando Bezerra perguntou quem participou da decisão de ajudar os dois bancos, se houve interferência de instância superior ao Banco Central e qual era sua posição em relação à proposta de independência do Banco Central. Armínio Fraga disse que não participou da tomada de decisões na época e observou que as pessoas envolvidas poderão esclarecer melhor essa questão quando forem depor na CPI.

Fraga manifestou-se favorável à independência operacional do BC, desde que com mandato definido para o presidente e a diretoria, atuação transparente e controle externo. "Não deve ser independente para fazer o que quiser", observou Fraga. O presidente do Banco Central esclareceu ainda que, atualmente, a instituição passa por auditoria do Ministério da Fazenda e fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Suplicy afirma que Proer agravou a desigualdade social

Para o senador, não se justifica a injeção de recursos nos bancos enquanto se impõe contribuição previdenciária aos aposentados

Ao comentar os lucros "exorbitantes" obtidos por bancos estrangeiros durante a desvalorização cambial em janeiro último, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou ontem a adoção do Programa de Reestruturação do Sistema Bancário (Proer). Para ele, não se justifica "a injeção de dezenas de bilhões de reais para que instituições financeiras no vermelho pudessem ser adquiridas por outros bancos, enquanto aumentam os níveis de desemprego e se impõe aos aposentados a contribuição previdenciária". Suplicy pediu ao presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que fizesse uma avaliação dos efeitos concentradores



Eduardo Suplicy

de renda da política econômica do governo.

Na opinião do presidente do BC, não há contradição entre o Proer e a necessidade de melhorar a distribuição de renda. "O Proer significou a melhor maneira de buscarmos soluções para os problemas do momento. O programa não contribuiu para agravar a concentração de renda, nem substituiu a compra de bancos", argumentou.

Suplicy também pediu informações sobre o programa de "Meta Zero", anunciado pela diretoria do BC, que consiste em eliminar riscos de quebra de instituições bancárias. Ele teme que o governo acabe destinando mais dinheiro aos ban-

cos em situação difícil.

A pergunta foi respondida pelo diretor de Fiscalização, Luiz Carlos Alvarez. Ele garantiu que a intenção do BC é interferir no mercado antes que ocorram as quebras. "A regulamentação melhorou e hoje temos condições de propor a um banqueiro que venda seu banco. A fiscalização deve detectar casos que se encaminham para situação de risco", explicou.

O senador petista pediu explicações sobre o sistema Anexo IV, que permite a remessa de recursos para o exterior sem identificação. Fraga explicou que o sistema foi criado em 1991, quando ele comandava a área externa do BC, no governo Fernando Collor. Argumentou que a remessa é feita através de instituições financeiras credenciadas, "pressupondo que se conheça o cliente". No entanto, admitiu, "isso nem sempre é garantido".

Requião quer saber valor exato do prejuízo

Durante o depoimento do presidente do Banco Central perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando o Sistema Financeiro Nacional, ontem, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) cobrou do economista informações sobre o valor exato que o Banco Central perdeu na operação com os bancos FonteCindam e Marka. Requião solicitou que a resposta seja encaminhada ao relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA).

Inicialmente, Armínio Fraga justificou que, pelo fato de o Banco Central não ser uma instituição comercial, ficaria difícil chegar a um número exato, pois, segundo ele, para calcular prejuízo neste caso é necessária uma análise profunda e diferenciada. Diante da insistência de Requião, que comentou que, se fosse confiar nas "elucubrações filosóficas" do governo

terminaria acreditando que o Brasil vive um "momento glorioso" de sua história econômica, o presidente do BC concordou em encaminhar os dados solicitados no prazo de uma semana.

Roberto Requião também entregou ao relator cópia de uma matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em sua edição do dia 4 de fevereiro deste ano. Nela, Francisco Lopes concede entrevista imediatamente antes de almoçar em uma churrascaria no Rio de Janeiro com seis amigos, entre eles Eduardo Modiano, ex-presidente do BNDES e consultor do banco FonteCindam.

— Quarta-feira, trazendo à CPI denúncias que havia recebido sobre a ligação entre Chico Lopes e Modiano, tive a surpresa de ver essa informação contestada por Eduardo Modiano nos jornais, através de sua assessoria de imprensa. Este material provavelmente

servirá para esclarecer a verdade quando ele vier depor nesta comissão — comentou Requião.

O senador pelo Paraná denunciou que Eduardo Modiano, quando presidente do BNDES no governo Collor, foi o responsável pela liberação de R\$ 150 milhões para o grupo empresarial de Olacyr de Moraes. Requião acrescentou que, defenestrado pelo presidente Itamar Franco, Modiano imediatamente foi nomeado vice-presidente do Banco Itamaraty, de Olacyr de Moraes.

Outro ponto abordado por Roberto Requião foi se a decisão de vender dólares a preços abaixo dos cobrados pelo mercado foi submetida ao Conselho Monetário Nacional. Armínio Fraga respondeu que isso não ocorreu, já que a diretoria do Banco Central, com o amparo do departamento jurídico, entendeu que não era necessário.

Eduardo propõe mudança na legislação

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) propôs ontem, durante reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades no sistema financeiro, a mudança da legislação que permitiu a operação entre o Banco Central e os bancos Marka e FonteCindam.

Eduardo Siqueira Campos apresentou a proposta logo depois de perguntar ao presidente do BC, Armínio Fraga, se a decisão de ajudar o Banco Marka com a venda de dólares utilizando cotação abaixo dos valores praticados pelo mercado teve base legal. Fraga respondeu que a investigação re-



Eduardo Siqueira Campos

alizada internamente comprova que a operação foi feita após várias consultas ao Departamento Jurídico do BC.

O senador também perguntou se Fraga manteve qualquer contato com os donos dos bancos Marka e FonteCindam antes de assumir o cargo de presidente do BC. Ele respondeu que recebeu, no período entre

a sabatina no Senado e a posse, um telefonema de Salvatore Cacciola, mas não retornou a ligação. O diretor de Fiscalização, Luiz Carlos Alvarez, disse que conversou algumas vezes com Cacciola por telefone e que o dono do Banco Marka apenas tentou explicar o que a imprensa estava noticiando. Alvarez tam-

bém disse que se encontrou em São Paulo com diretores do FonteCindam que faziam questão de expor a visão que tinham "das coisas".

Eduardo Siqueira Campos quis saber quem ganhou com a mudança da política cambial, uma vez que o BC diz que perdeu reservas e que os bancos estrangeiros também perderam, e se é possível estabelecer alguma espécie de mecanismo ou seguro para que as perdas dos bancos sejam absorvidas pelo próprio mercado, "ao invés de se socorrerem com o meu, o seu, o nosso dinheiro".

Fraga disse que o Banco Central perdeu US\$ 7,5 bilhões das reservas nos dias 11, 12 e 13 de janeiro, mas que isso não significa perda no sentido usual do termo, pois o BC atua no mercado cambial procurando sempre aquilo que é melhor para o país e não pensando em obter ganhos no dia.

Alencar pede mais segurança para investidor

O senador José Alencar (PMDB-MG) disse ontem, durante depoimento do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que a CPI dos Bancos deve trabalhar para aperfeiçoar as atribuições do BC, principalmente no que se refere à segurança dos investidores. O senador pediu a adoção de medidas que "imponham absoluta transparência das informações que cercam o sistema financeiro".

Armínio Fraga disse que o Banco Central vai instituir o sistema de supervisão preventiva às atividades bancárias. "Concordo que essa é uma idéia que precisa ser aperfeiçoada, mas consiste na adoção de mecanismos claros de avaliação dos riscos das instituições bancárias, exigindo inclusive a participação da diretoria dos bancos", respondeu.



José Alencar

Para Mestrinho, a crise era previsível

Ao falar sobre a importância do depoimento de Armínio Fraga na CPI que está investigando o sistema financeiro nacional, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse ontem que um "certo daltonismo" do governo levou à recente crise enfrentada pelo país. Segundo o senador, o regime cambial fechado e irreal provocou queda nas exportações, aumento nas importações e alta na taxa de juros.

Para Mestrinho, era previsível que mais cedo ou mais tarde o regime cambial utilizado pelo país teria que ser abandonado, por ser falso. Ele acrescentou que a dívida era sobre quando isso ocorreria.

O senador perguntou a Armínio Fraga se a ajuda que o Banco Central deu aos bancos Marka e FonteCindam tinha amparo legal. Fraga se comprometeu com Mestrinho a entregar toda a documentação referente à venda dos dólares aos dois bancos, inclusive com a base legal da operação.



Gilberto Mestrinho

Álvaro Dias defende na TV uso do FGTS para custear faculdade

A liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagar o curso superior de estudantes de baixa renda poderá resolver o problema da evasão e da inadimplência nas universidades. Essa é a proposta defendida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), em entrevista à TV Senado, que irá ao ar hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Segundo o senador, levantamento

preliminar da Associação Nacional das Universidades Privadas mostrou que a evasão é grande e a inadimplência maior ainda. “Em algumas regiões do país, a inadimplência chega a 50%. E a evasão está entre 30% e 40%.”

Pelo projeto de Álvaro Dias, o dependente do trabalhador também poderá utilizar o FGTS para pagar curso superior.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Ginástica Especializada
7h30 – Especial Unip – Tecnologia e Conservação
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia – Ginástica Natural
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Sociais (realizada em 14.4.99)
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – Entrevista – O senador Álvaro Dias fala sobre o projeto que destina verbas do FGTS para o ensino superior
19h – Consulta Marcada – O médico Edísio Pereira fala sobre a anestesia sem riscos
20h30 – Entrevista – O senador Álvaro Dias fala sobre o projeto que destina verbas do FGTS para o ensino superior
21h – Jornal do Senado
21h15 – Consulta Marcada – O médico Edísio Pereira

fala sobre a anestesia sem riscos

21h55 – Senado em Pauta

22h – Espaço Cultural – Madrigal de Brasília

23h – Consulta Marcada – O médico Edísio Pereira fala sobre a anestesia sem riscos

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informações
14h30 – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

Senado dá o nome de JK ao Aeroporto de Brasília

Acordo permite que projeto vá à sanção presidencial e no aniversário da capital, dia 21, a homenagem possa ser concretizada

O aeroporto da capital do país passará a ser denominado “Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek”, conforme projeto aprovado ontem pelo plenário do Senado e que vai à sanção presidencial.

Por acordo entre o relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), e os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Luiz Estevão (PMDB-DF),

foi aprovado o projeto originário da Câmara, de autoria do deputado Jofran Frejat, com emenda de redação apresentada por Estevão incorporando modificação que levará Arruda a apresentar outro projeto com o mesmo objetivo.

Na proposta de Frejat constava apenas “Juscelino Kubitschek”, enquanto a de Arruda estabelecia “Presidente Juscelino Kubitschek”. A emenda de Luiz Estevão, com parecer favorável do relator e aprovada pelo plenário, incorporou ao primeiro projeto a mudança que motivou a apresentação da segunda proposta.

O objetivo foi assegurar que nas comemorações do aniversário da cidade fundada por Juscelino, em 21 de abril, o aeroporto já tenha nova denominação, como Álvaro



Plenário acolheu homenagem a Juscelino, fundador da capital

Dias e Luiz Estevão explicaram. Caso fosse aprovada a proposta de Arruda, ainda seria necessária a apreciação da Câmara.

Para Arruda, com a honraria a capital federal “resgata a imagem do brasileiro que teve a coragem cívica de voltar as costas para o Oceano Atlântico e interiorizar o desenvolvimento, símbolo do governo JK”. Além disso, homenageia todos os brasileiros que construíram Brasília, disse.

A senadora Marina Silva (PT-AC) destacou que o Senado já aprovou, com a de ontem, três modificações de nomes de aeroportos brasileiros para homenagear pessoas que deram asas a uma imaginação que se quer perpetuar. Assim, o Rio de Janeiro perpetuou a imaginação musical de Tom Jobim;

Salvador, a imaginação política de Luís Eduardo Magalhães; e Brasília, a imaginação que a criou. Ela pediu apoio para que o aeroporto de Rio Branco (AC) deixe de ser “Presidente Médici” e passe a ser “Chico Mendes”.

Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que foi em Jataí, sua cidade natal, que JK prometeu mudar a capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, em resposta à pergunta que lhe foi dirigida pelo cunhado do senador, “Toniquinho”. Este, por sua vez, registrou Luiz Estevão, será considerado “cidadão honorário de Brasília”, conforme projeto por ele apresentado quando deputado distrital. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, congratulou-se com a homenagem.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1999 (nº 686/95, na Casa de origem). Altera o nome do Aeroporto Internacional de Brasília. Parecer sob nº 155, de 1999, da Comissão de Educação, relator: senador Álvaro Dias, contrário ao projeto, e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1999, que tramita em conjunto.

Resultado: Lida emenda de plenário, do senador Luiz Estevão. Proferido parecer favorável à emenda. Relator: senador Álvaro Dias. Aprovados o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1999, e a emenda, fica prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1999, que tramitava em conjunto. À sanção.

2

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1999 (José Roberto Arruda). Dá nova denominação ao Aeroporto Internacional de Brasília. Parecer sob nº 155, de 1999, da Comissão de Educação, relator: senador Álvaro Dias, favorável ao projeto, e contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1999, que tramita em conjunto. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1999.)

Resultado: Prejudicado, em virtude da aprovação do item anterior, com o qual tramita em conjunto.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1999 (nº 2.737/97, na Casa de origem). Presidente da República. Concede pensão especial a Cláudio Villas Boas e a Orlando Villas Boas.

Resultado: Aprovado. À sanção.

4

Requerimento nº 111, de 1999. (Romero Jucá). Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 21 e 52, de 1999, por versarem sobre a criação de escola agrotécnica federal no município de Caroebe, no estado de Roraima.

Resultado: Aprovado. Os projetos de lei do Senado nºs 21 e 52, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

5

Requerimento nº 112, de 1999. (Emília Fernandes). Solicita, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 123, de 1999, de autoria do senador Carlos Patrocínio, que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

Resultado: Aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 123, de 1999, vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e, em seguida, retornará à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Aprovada pensão para irmãos Villas Boas

O plenário do Senado aprovou ontem proposta de iniciativa do Executivo de conceder pensão especial vitalícia aos irmãos sertanistas Cláudio Villas Boas e Orlando Villas Boas. A pensão não pode ser acumulada com outros benefícios porventura recebidos dos cofres públicos, resguardado o direito de opção.

O benefício, em valor correspondente ao nível superior A-III da tabela de vencimento do funcionalismo público, será reajustado de acordo com os reajustes

gerais dos servidores públicos federais, prevê o projeto aprovado.

No parecer favorável apresentado à Comissão de Assuntos Sociais, a senadora Marina Silva (PT-AC), destacou a trajetória dos irmãos Villas Boas, que passaram 40 anos de suas vidas nas matas entre os rios Xingu e Tapajós servindo à causa indígena. Marina considerou que “os relevantes trabalhos prestados pelos dois missionários, por todos reconhecidos dado seu imenso valor, dispensam maiores avaliações quanto ao mérito do projeto”.



Marina Silva deu parecer favorável ao projeto de iniciativa do Executivo

Patrocínio alerta sobre alimentos modificados

Alegando que o Legislativo tem que zelar pelos destinos do povo brasileiro, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou ontem que brevemente o Congresso deverá tomar posição quanto aos diversos campos de utilização dos transgênicos, seja a respeito de vacinas e medicamentos, seja a respeito da produção e comercialização de alimentos geneticamente modificados.

Ele lembrou que a produção de alimentos sempre foi considerada estratégica pelas nações desenvolvidas. E que, com o advento da biotecnologia e o avanço progressivo das empresas químicas no setor nutricional, a agricultura mundial se subordina cada vez mais aos interesses das grandes companhias:

– Defrontamo-nos então com um problema de segurança nacional, uma ameaça externa insidiosa, porque desconhecida. Um verdadeiro cavalo de Tróia, que sob a aparência de maior economia e maior produtividade, pode acarretar prejuízos inestimáveis à saúde dos brasileiros.

Foi em razão dessa preocupação que ele disse ter apresenta-



Patrocínio vê fortes interesses econômicos por trás dos produtos geneticamente modificados

do projeto de lei estabelecendo a obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo organismo geneticamente modificado. Sua intenção, conforme explicou, é propiciar a cada cidadão brasileiro, em meio às informações contraditórias sobre o assunto, o poder de decidir, de forma consciente, se deseja ou não consumir alimentos transgênicos. Carlos Patrocínio pediu que o Legislativo aprofunde o debate dessa questão.

Maguito denuncia uso de máquinas públicas em GO

Com base em relatório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse ontem que oito máquinas pesadas do Consórcio Rodoviário Intermunicipal realizaram obras na usina de açúcar e álcool de propriedade do ex-governador Otávio Lage, “responsável pela doação da maior parte do dinheiro da campanha de Marconi Perillo”, atual governador do estado.

Segundo o senador, as máquinas eram movidas e abastecidas por funcionários e combustível pagos pelo governo. Os serviços só foram suspensos “em função de interferência do Tribunal de Contas, que, através de uma denúncia anônima, chegou ao local e pôs fim àquela pouca vergonha”, disse. Além disso, acrescentou Maguito Vilela, Otávio Lage também foi responsável pela indicação de seu filho como secretário da Fazenda do novo governo:

Esses e outros fatos – como o incêndio do Banco do Estado de Goiás e o assassinato do prefeito de Buriti Alegre –, na opinião do senador, demonstrariam que os cem



Maguito disse que atual governo goiano é marcado pela “volta ao passado sombrio”

dias da gestão Marconi Perillo no governo goiano foram, na verdade, “sem” dias, marcados pela prática da “regressão, da volta ao passado sombrio”, em que dominavam oligarquias caracterizadas pelo costume de “utilizar-se do poder em proveito próprio”.

Em outra acusação, Maguito Vilela afirmou que, através de seu cunhado, Sérgio Cardoso, Marconi Perillo estaria promovendo um loteamento dos cargos públicos estaduais e municipais, feito através de “contrato suprapartidário” assinado entre as partes.

Luzia quer dar 90 dias de salário para mãe adotiva

Ela afirma que não se justifica tratamento diferenciado, pois cuidados com criança adotada são igualmente importantes

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) apresentou projeto de lei que concede 90 dias de salário-maternidade à segurada que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança até um ano de idade. Sua proposta altera dispositivo da Lei n.º 8.213 que trata da concessão de salário-maternidade. Em sua justificativa, a senadora diz que, com a iniciativa, pretende atender a uma reivindicação conhecida da sociedade, que é beneficiar com o salário-maternidade as mães adotantes.

Para ela, o projeto acolhe com equidade tema de relevância humana e social, já que não se justifica tratamento diferenciado entre mãe natural e adotante, “na medida que um menor adotado, tanto ou mais do que os filhos naturais, exige cuidados especiais mormente no primeiro ano”:

– Os sujeitos tutelados juridicamente, no caso da licença-maternidade, são a mãe e o filho.



Luzia lembra que a família, ainda que adotiva, é a instituição mais apta a receber a criança

Não se deve, então, visualizar a questão como um mero problema de saúde de gestante, porquanto pretende se proteger essa relação em sua integralidade, sendo fato que essa relação se configura também no caso de adoção ou de guarda judicial. Logo, o objetivo precípua, ao tutelarmos os primeiros momentos da maternidade, é dar ao menor um desenvolvimento saudável –

explicou Luzia.

A senadora argumenta também que a família, ainda que adotiva, é certamente a instituição mais apta a atender às necessidades da criança. “Todos os ‘laboratórios’ e as tentativas de assistência em creches ou instituições não conseguiram, até agora, provar eficácia maior do que a família no processo educativo de construção emotiva e social dos menores.”

Cândido quer proibir uso de fotos de bebê para venda de produtos

Projeto de lei de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) regulamenta a comercialização de leites destinados à substituição do leite materno, proibindo a utilização de imagens de bebês na promoção de produtos destinados à alimentação infantil. Chupetas, mamadeiras, bicos e mordedores também estão incluídos na proibição.

A matéria detalha que leite destinado ao consumo de bebês deve trazer alerta sobre a importância do leite materno na prevenção de infecções e alergias e no fortalecimento do vínculo mãe-filho. Além disso, o alerta deve dizer que a alimentação artificial só poderá ser utilizada com orientação de médico ou nutricionista.

Mamadeiras, bicos, chupetas e mordedores, de acordo com o projeto, só poderão ser comercializados devidamente embalados e com rótulos contendo mensagem explicitando que a criança amamentada ao seio não necessita de tais produtos. Veda



Senador do Rio teme que indústrias coloquem seus interesses acima da ética

a utilização de expressões que sugiram a semelhança desses artigos com a mama e o mamilo.

Geraldo Cândido manifestou preocupação, na justificativa do projeto, com os interesses financeiros de uma área que envolve um mercado consumidor de R\$ 600 milhões por ano, contabilizando-se somente a alimentação infantil. Ele disse temer que “os interessados nesse filão coloquem suas ambições acima da ética, da saúde e da própria vida de

milhares de crianças brasileiras”.

Sobre o assunto, o Ministério da Saúde já tem resolução disciplinadora, mas, de acordo com o senador, a normatização vem sendo desrespeitada constantemente por setores da indústria de alimentos infantis. Por isso, o senador diz que apresentou o projeto para dar uma base legal para uma ação fiscalizadora mais eficaz.

O projeto tramita, em decisão terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Para Francelino, voto é a "afiada arma" do cidadão contra políticos corruptos

Francelino apóia uso de urna eletrônica no ano 2000

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apoiou ontem o compromisso assumido pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Néri da Silveira, de promover as eleições municipais do próximo ano utilizando a urna eletrônica em todos os municípios brasileiros. O senador defendeu a alocação de recursos para que o TSE consiga atingir este objetivo:

– No estágio em que se encontra a informatização das eleições, com a experiência acumulada em dois pleitos e quase 80 mil urnas eletrônicas prontas para serem novamente utilizadas, o investimento necessário à implantação do sistema a nível nacional certamente não será elevado – avaliou o senador.

Francelino lembrou que o exercício do voto é a mais democrática e insubstituível expressão da cidadania, e é o mais eficaz instrumento do cidadão para manifestar-se, mover-se e atuar no mundo democrático. “É também a afiada arma cidadã para punir aqueles que se utilizam do mandato para a prática da corrupção, do nepotismo e de outras mazelas que ainda infelicitam a vida pública. Nada mais natural, portanto, que se assegurem ao eleitor todas as condições para o livre exercício desse direito inalienável”, afirmou o senador.

Em todo o país, informou Francelino, estão cadastrados 106 milhões de eleitores, sendo que 83 milhões votaram no ano passado e nove milhões justificaram a sua ausência, havendo uma diferença de 14 milhões de eleitores que não votaram. Dentre esses 14 milhões, o senador aponta a existência de duplicidade de títulos de eleitor, eleitores que se alistaram em uma cidade e votaram em outra ou participaram de outros tipos de fraude eleitoral.

Projeto autoriza redução do ICMS da cesta básica

Senador Roberto Requião quer dar aos estados a possibilidade de isentar produtos para diminuir preços

A fim de reduzir o ICMS que incide sobre produtos da cesta básica, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou ontem a apresentação de projeto de sua autoria que modifica a Resolução nº 22/89, do Senado, que fixa alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, e de comunicação nas operações e prestações interestaduais:

– Estou propondo que a resolução autorize os governos estaduais

e as assembléias legislativas a reduzirem a zero o imposto sobre os produtos da cesta básica, que deverão ser enumerados – explicou.

Conforme esclareceu o senador, sua idéia é de uma resolução autorizativa, que não obriga a redução do ICMS, visto que alguns estados dependem fundamentalmente, em sua arrecadação, do tributo gerado por alguns desses produtos. O que seu

projeto faz é abrir a oportunidade para que assembléias legislativas e governadores reduzam a zero o im-

posto sobre os produtos que compõem a cesta básica.

Requião lembrou que o Senado já reduziu a 4% o imposto sobre serviços das companhias aéreas, e portanto, afirmou, ninguém poderá agora apontar inconstitucionalidade em seu projeto de resolução. “Se uma resolução favorece empresas aéreas ou viabiliza a compra de táxis pelos taxistas, por que o Senado não pode facultar aos estados, ao seu alvitre, a mesma possibilidade?”, indagou.

O senador está certo de que, dessa forma, o poder público estimularia exatamente a queda do preço das mercadorias básicas, que são essenciais para a população “que vive de subsalário, de subemprego e de salário mínimo”.



Requião: estímulo à queda de preços das mercadorias básicas

Estevão quer obrigar indústria de fumo e álcool a custear tratamento

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou dois projetos de lei criando uma contribuição de 50% sobre o preço (FOB) do fumo e de bebidas alcoólicas, destinada a financiar programas de pesquisa, prevenção e tratamento de doenças causadas por esses produtos.

Os projetos estabelecem que os recursos arrecadados serão repassados diretamente ao Ministério da Saúde, que os distribuirá segundo critérios de incidência das doenças pelas várias regiões do país.

Em sua justificativa, Luiz Estevão esclarece que a idéia do projeto é fazer com que a sociedade se desonere, pelo menos em parte, dos

encargos referentes a gastos com doenças provocadas pelo consumo de bebidas alcoólicas e cigarro, “transferindo este ônus para o próprio usuário que, afinal, foi o agente que as provocou, sendo, portanto, o principal responsável”. Ele lembra que nos Estados Unidos o governo pretende acionar judicialmente a indústria de cigarros para recuperar recursos gastos no tratamento de doenças provocadas pelo fumo.

Além disso, observa o senador, como a contribuição deve provocar um pequeno aumento do preço final desses produtos, a medida poderá ter como consequência secundária a redução do consumo, principalmente nas camadas mais jovens da população.



Luiz Estevão propõe que contribuição sirva para financiar tratamentos na rede pública

Maldaner acha que CPIs já estão produzindo efeitos

A instalação de duas CPIs no Senado – a do Poder Judiciário e a do Sistema Financeiro – já produz resultados evidentes, afirmou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Apesar das dúvidas que, segundo disse, ainda cercam a CPI do Judiciário, o senador atribui a ela o fato de a Câmara dos Deputados ter finalmente instalado uma comissão especial para propor a reforma do Poder Judiciário.

A proposta de criar um conselho

da magistratura, anunciada ontem pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), também seria produto das discussões em torno da Justiça no país propiciadas pela CPI.

Quanto à CPI do Sistema Financeiro, Maldaner atribui a ela a decisão do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários de estabelecer normas mais rígidas para as operações financeiras em bolsa.

Ambas as CPIs, na opinião do senador, são o legítimo e simples exer-



Maldaner: CPIs são legítimo exercício democrático do Congresso

cício da prática democrática no Parlamento. Em outro registro, Maldaner disse que se afirma cada vez mais a tendência de entender o Estado como necessário, nem mínimo, como quer o liberalismo, nem máximo, como defendem os estatizantes.



Hartung pediu que dois projetos que já tramitam não sejam negligenciados

Hartung pede apoio à lei que limita gasto público

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) apelou ontem ao Congresso para que examine com zelo e aprove o mais rápido possível o projeto de Lei da Responsabilidade Fiscal, enviado pelo governo ao Legislativo no propósito de impor maior disciplina sobre as finanças públicas. O senador pediu empenho também na aprovação de projeto de lei ordinária que dispõe sobre os crimes correlatos à disciplina exigida pela Lei da Responsabilidade Fiscal.

Conforme Hartung, uma importante característica dessas iniciativas é dar flexibilidade à gestão da política fiscal, sem desobrigá-la do cumprimento dos objetivos e metas definidos, especialmente quando se verificar queda da taxa de crescimento da economia, mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial e casos excepcionais, como comoção, calamidade pública ou guerra.

Ele pediu que os dois projetos, já tramitando na Câmara, não sejam negligenciados, mas gerem de fato providências em caso de descumprimento das metas da política fiscal, e que definam não apenas dispositivos de correção como também sanções de natureza institucional.

Conforme Hartung, por esses projetos, os responsáveis pelos governos, poderes e entidades não apenas deverão cumprir a lei, mas passarão a assinar declaração atestando que cumpriram seus limites e suas condições. “Se mentirem ou se omitirem, serão processados e julgados”, avisou o senador.

Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Gilvam Borges (PMDB-AP) apoiaram o apelo de Paulo Hartung.

Plenário apreciou cinco matérias nesta semana

Indicações de embaixadores, homenagem a Juscelino e pensão especial para sertanistas foram aprovadas. Nas comissões, senadores votaram extinção dos classistas e normas para demissão de servidores, entre outras propostas



Plenário aprovou nesta semana indicações de novos embaixadores para os Estados Unidos e Cuba

O projeto de iniciativa da Câmara denominando "Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek" o aeroporto do Distrito Federal, aprovado ontem, foi uma das cinco matérias apreciadas pelo plenário do Senado nesta semana. Os senadores decidiram arquivar outra proposta que tramitava conjuntamente.

Na quarta-feira, foram aprovadas as indicações de dois novos chefes de missões diplomáticas do Brasil no exterior: o embaixador Rubens Antonio Barbosa, designado para os Estados Unidos, e o sociólogo Luciano Martins de Almeida, que representará o país em Cuba.

Outra decisão tomada pelo plenário nesta semana foi aprovar projeto de iniciativa do governo concedendo pensão vitalícia especial aos sertanistas Cláudio Villas Boas e Orlando Villas Boas.

Matérias apreciadas pelo Senado de 12 a 16 de abril de 1999

Projetos aprovados e enviados à sanção	2
Mensagens de escolha de chefes de missões diplomáticas	2
Total de matérias aprovadas	4
Matérias enviadas ao arquivo	1
Total de matérias apreciadas	5

Ainda durante esta semana, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo a proposta de emenda constitucional eliminando a figura do juiz classista do Tribunal Superior do Trabalho e dos tribunais regionais, e, também, projeto definindo regras para a demissão de servidores públicos quando ocorrer excesso de despesas.

Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deu parecer favorável a dois projetos originários da Câmara: assegurando cirurgia plástica reconstrutiva pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às mulheres operadas de câncer do seio, e obrigando empresas distribuidoras de gás de cozinha a lacrar os botijões, com a data de engarrafamento e peso do produto.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votou protocolo de cooperação financeira, firmado com a Alemanha, para a despoluição do rio Tietê, enquanto a Comissão de Educação (CE) aprovou, em caráter terminativo, a criação do Dia Nacional do Choro, e a transferência do Dia da Imprensa para 1º de junho.

Requerimento solicitando a presença do embaixador da Iugoslávia para dar esclarecimentos sobre a guerra na região do Kosovo foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores, que também decidiu realizar audiências públicas com autoridades do Executivo, para discutir a Convenção Internacional da União para a Proteção de Obtenções de Vegetais (Upov).

Senado terá estande na Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro

O Senado Federal estará presente com seu estande, a partir de terça-feira, na IX Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, que se realizará nos pavilhões do Riocentro. O Catálogo de Publicações do Senado, que conta com mais de 80 títulos, inclui clássicos como *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, e *De Profecia e Inquisição*, do Padre Antônio Vieira, ao lado de vários lançamentos e obras de interesse jurídico/político, todas vendidas a preço de custo.

Com previsão de visitação por mais de um milhão de pessoas até o dia dois de maio, a Bienal do Rio de Janeiro é uma das cinco feiras de que o Senado Federal deverá participar neste ano. Também já foi definida pelo primeiro-secretário, senador Ronaldo Cunha Lima, a presença da instituição nas feiras de Curitiba, Salvador, João Pessoa e Porto Alegre.

Entre os lançamentos, destacam-se obras da Coleção Memória Brasileira, como *Da Propaganda à Presidência*, de Campos Sales, e os realizados pelo Conselho Editorial do Senado, presidido pelo senador Lúcio Alcântara, como *Conselhos aos Governantes*, que reúne textos de Platão, Cervantes, Marquês de Pombal, Maquiavel e outros autores. Também estarão no estande a Constituição atualizada, o CD-Rom



Ronaldo Cunha Lima

“Legislação Brasileira” e diversos outros textos legais.

Especialmente para esta Bienal, foi atualizado o livro com as biografias dos senadores do Rio de Janeiro desde o Império, que será doado aos interessados. Ainda no estande, o público poderá assistir à transmissão ao vivo, pela TV Senado, das sessões plenárias e reuniões de comissões; ouvir a Rádio Senado e acessar a página do Senado na Internet.

Será possível conhecer ainda, por meio de painéis, a história da Biblioteca do Senado, órgão da Secretaria de Informação e Documentação, que participa do estande ao lado da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Secretaria de Comunicação Social, Subsecretaria de Edições Técnicas, Subsecretaria de Arquivo e Prodasen.

Anestesia é tema de Consulta Marcada

O médico anestesista Edísio Pereira é o entrevistado do programa *Consulta Marcada*, da TV Senado, que irá ao ar hoje, às 13h30, 21h15 e 23h.

Entre outras questões relativas à anestesia, o médico trata da decisão sobre o tipo de analgésico utilizado, dependendo da cirurgia e do estado fisi-

co e emocional do paciente.

Edísio Pereira explicou que não existe uma fórmula exata para saber se uma pessoa é alérgica ou não à anestesia. Por isso, os médicos recorrem ao histórico do paciente para verificar se ele sofre de diabetes, hipertensão e quais os medicamentos utilizados.

As obrigações do médico anestesista incluem a de monitorar toda a operação, pois é de sua responsabilidade a vida do paciente anestesiado. Ele explicou que a alergia ao medicamento e até um choque anafilático acontecem raramente, “numa escala de um caso para cada 250 pacientes”.



Hugo Carvana cumprimenta Antonio Carlos

O ator Hugo Carvana cumprimentou os Magalhães, em seu gabinete, depois de conceder entrevista à TV Senado.

Cabral: gás pode ser solução para problemas energéticos

Nova bacia descoberta na região do rio Uatumã garante ao Amazonas quase um terço das reservas conhecidas de gás natural do Brasil e possibilitará superar dificuldades no abastecimento das regiões Sul e Sudeste, afirma senador



Valadares reivindica a imediata adoção das medidas propostas pela Comissão Especial da Seca

Valadares cobra medidas do governo contra a seca

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) protestou contra a falta de medidas do governo federal para combater a seca no Nordeste, especialmente em Sergipe e Alagoas. "Em mais da metade desses estados, o povo está passando fome e sede e não há trabalho", afirmou. Ele lembrou que há uma série de iniciativas propostas pela Comissão Especial contra a Seca, que funcionou no Senado, mas que, "infelizmente, nunca foram aproveitadas pelo governo federal".

Valadares lembrou que a falta de chuva já afeta os estados nordestinos há pelo menos três anos, "sem que se tenha qualquer providência urgente da União", apesar do seu apelo e de outros senadores.

Segundo ele, a Comissão da Seca relacionou vários projetos, como Xingó e Poço Redondo, localizados entre o norte da Bahia e o Alto Sergipe, que, se tocados, dariam emprego para 50 mil pessoas.

Conforme o senador, se a União investisse R\$ 400 milhões em projetos de combate à seca em Sergipe e Alagoas, os resultados, provavelmente, seriam mais vantajosos para os brasileiros do que o empenho de mais de R\$ 55 bilhões feito para estabilizar a moeda.

Valadares diz que outro absurdo foi o que o governador Albano Franco fez com "meio bilhão de dólares" apurado com a venda da Centrais Elétricas de Sergipe. "Passada a farrá", disse, "restam, pelo que soube, pouco mais de US\$ 2 milhões, já que o restante foi empregado em obras demagógicas na época das eleições".

A recente descoberta de mais uma bacia de gás natural no Amazonas, na região do rio Uatumã, foi apontada ontem pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) como uma forte alavanca de desenvolvimento regional e uma alternativa para garantir que o Sul e o Sudeste do país não sejam estrangulados, no futuro, pela falta de energia.

— Estamos à procura de milagres que nos tirem do poço em que caímos? Eis um deles. E ao alcance de nossas mãos, pela enorme potencialidade de atração de investimentos produtivos que possui. Serão indústrias, empregos, infraestrutura urbana e rural, produção agrícola, colonização dos enormes espaços amazônicos, integração com nossos vizinhos do norte da América do Sul, enfim, uma quase inesgotável cadeia de benefícios para o Brasil — disse o senador.

Cabral revelou que a jazida de gás de Uatumã tem um volume estimado



Segundo Bernardo Cabral, o uso do gás do Amazonas permitirá reduzir em 50% o preço da energia

de 6 bilhões de metros cúbicos e faz com que o Amazonas passe a ter cerca de 30% de todas as reservas conhecidas de gás natural do país. "E não estamos no limite das possibilidades da região, pois não está ainda totalmente quantificada a extensão de suas ocorrências petrolíferas. Há a possibilidade de que esse novo campo seja maior do que o de Urucu, que já é o maior do país, em terra", observou o senador.

Amorim quer suspender privatização da Ceron

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) fez um apelo ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, para que seja suspenso o processo de privatização da Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron).

Segundo ele, a empresa iniciou todo o processo de forma irregular, contrariando a lei das privatizações na sua federalização.

Diante do quadro caótico que se estabeleceu nesse processo de privatização, disse o senador, o caminho mais correto seria a entrega temporária da gestão da empresa à Eletronorte, que, "com relativa eficiência, já é responsável por gran-



Ernandes Amorim diz que várias irregularidades marcam o processo de venda da estatal de Rondônia

de parte da energia gerada e distribuída no estado".

Em sua argumentação, Amorim citou declarações do professor Joaquim Francisco de Carvalho, "feitas diante do ministro Tourinho, na Comissão de Infra-Estrutura". O senador assinalou que o professor se opôs ao desmembramento e privatização dos sistemas hidroelétricos, como o brasileiro, "porque essas medidas desarticulam as empresas e não definem responsabilidades pela qualidade e confiabilidade dos serviços".

Também baseado nas declarações do professor Joaquim Francisco, Ernandes Amorim disse que, "só em 1998, o BNDES repassou mais de R\$ 5 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para os novos proprietários das estatais privatizadas, todas altamente lucrativas".

Ainda em relação à privatização da Ceron, o senador protestou porque, "graças ao ministro Tourinho, a direção colocada na empresa e já destituída cedeu gratuitamente à espanhola Guascar todo o parque gerador da Ceron por 12 anos".

A título de comparação, Cabral apresentou dados relativos a investimentos que estão sendo realizados em Urucu. Segundo o senador, estão sendo investidos US\$ 1,7 bilhão para a geração de 930 megawatts de energia elétrica, utilizando 5 milhões de metros cúbicos de gás natural produzidos nos campos de Urucu e Juruá, no Alto Amazonas.

O projeto — no qual estão integrados a Petrobras, a Gaspetro, a Eletrobrás, o BNDES, a Companhia de Gás do Amazonas e os ministérios de Minas e Energia e do Planejamento e Orçamento — envolve investimentos em novas instalações termelétricas e em adaptações nas existentes, informou o senador, lembrando que o preço da energia a ser gerada será 50% menor que o praticado atualmente.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) elogiou a independência, a firmeza e a clareza com que Cabral manifesta suas opiniões. O

senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que estudo do setor cerâmico de Santa Catarina concluiu que haveria uma economia de 12% se a matriz energética do gás natural fosse adotada. O senador Amir Lando (PMDB-RO) observou que este é um tema de interesse nacional e que é preciso ter a consciência de defesa do uso dessa energia pelo povo brasileiro. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) concordou com a defesa das riquezas da Amazônia e do Brasil.

Cabral acrescentou que o gás natural é uma das mais importantes alternativas de energia para a diversificação da matriz energética do Brasil. "Mesmo sendo de origem fóssil, como o petróleo, ele tem baixíssimo teor poluente. E permite que o aumento do consumo de energia elétrica na indústria, nos serviços e no uso doméstico seja significativamente suportado por essa nova fonte de energia", explicou o senador.

Rocha faz homenagem ao Exército brasileiro

Ao lembrar que nesta sexta-feira, 16 de abril, comemora-se o Dia do Exército Brasileiro, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou que essa instituição pertence a todos os brasileiros, independente de fronteiras ideológicas, econômicas, sociais, sexuais, raciais e religiosas. "Meus cumprimentos e minhas congratulações a todos os que fazem o Exército do Brasil", disse o senador.

Sebastião Rocha lembrou que em 16 de abril rememora-se a primeira Batalha dos Guararapes, ocorrida em 1648, no contexto da ocupação holandesa em Pernambuco, considerada pelos historiadores a inauguração do sentimento nacional brasileiro. Segundo o senador, naquele dia, pela primeira vez, "brasileiros brancos, negros e indígenas pegaram em armas para a defesa da integridade do território nacional".

Ele informou que essa é a razão pela qual a data marca também o nascimento do Exército brasileiro. "Nossa força armada de terra, desse modo, já nasceu sob o signo daquilo que viria a ser a caracte-



Para Sebastião Rocha, o Exército é, das Forças Armadas, a mais representativa da sociedade

rística mais original da nação brasileira, a integração racial", disse Sebastião Rocha.

O senador também observou que, até hoje, o Exército continua a ser, das Forças Armadas, aquela que se mostra mais representativa da sociedade nacional, em sua diversidade racial e social. "Cada vez mais, as Forças Armadas em geral, e mais particularmente o Exército, tornam seus quadros um painel mais representativo da população brasileira. Nelas, conta somente o mérito pessoal", afirmou.